



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA  
AUDITIVA: CONTRIBUIÇÕES DOCENTES**

**MÁRCIO ROBERTO FARIAS ALVES**

**ORIENTADORA: Profa. Me. FRANCIENE SOARES BARBOSA DE ANDRADE**

Brasília/2015



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,**

**EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**MÁRCIO ROBERTO FARIAS ALVES**

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

**AUDITIVA: CONTRIBUIÇÕES DOCENTES**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Franciene S. B. de Andrade

Brasília/2015

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MÁRCIO ROBERTO FARIAS ALVES

### **A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

#### **AUDITIVA: CONTRIBUIÇÕES DOCENTES**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 28/11 /2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Profa. Me. Franciene Soares Barbosa de Andrade (Orientador)

---

Profª. Me. Cleia Alves Nogueira (Examinador)

---

Márcio Roberto Farias Alves (Cursista)

Brasília/2015

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me capacitou e conduziu meus passos para esta vitória. Dedico a minha amada mãe, Antonia Farias Alves, por me fazer acreditar em meu potencial e pelo apoio incondicional concedido nos momentos de dificuldades e ao meu nobre e valoroso pai, Francisco Alves de Souza Filho, que sempre me ajudou e me incentivou a perseverar e não desistir diante das dificuldades e também a todas as pessoas com deficiência auditiva do Acre e do Brasil, como uma simples contribuição à nossa luta pela acessibilidade e efetivação dos seus direitos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus criador do Universo, que me deu o dom da vida, me capacitou e me proporcionou mais esta vitória. A Professora e orientadora Franciene Soares Barbosa de Andrade, pela orientação neste trabalho. A minha família, pela confiança, apoio e carinho. Agradeço a Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Aberta do Brasil, ao Centro Estadual de Educação Permanente de Rio Branco- Acre, (Cedup), pela atenção e oportunidade de um conhecimento maior em minha vida. As professoras e a interprete de Libras de um Instituto Federal do Acre que participaram da minha pesquisa de campo.

*"A experiência humana não seria tão rica e gratificante se não existissem obstáculos a superar. O cume ensolarado de uma montanha não seria tão maravilhoso se não existissem vales sombrios a atravessar". (Helen Keller).*

## RESUMO

Esta pesquisa partiu das experiências do pesquisador enquanto Assistente Social, em instituições públicas de ensino e de Assistência Social de Rio Branco - AC. Outro fator que estimulou o desenvolvimento deste trabalho foi à participação em um Curso Básico de Libras e Capacitação no Atendimento ao Surdo para Assistentes Sociais. Ao participar deste curso percebi a necessidade e a importância de se qualificar mais na área para poder atender a todos os usuários da assistência na sua totalidade, sem exclusão. Pois, em virtude do não conhecimento e utilização da Libras pelos assistentes sociais no atendimento de pessoas com deficiência auditiva acaba contribuindo para a exclusão. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo desenvolver um estudo reflexivo sobre a importância da educação inclusiva centrada na especificidade de uma formação dos docentes que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. Para tanto, utilizou-se como metodologia de pesquisa a abordagem qualitativa. A coleta de dados foi por meio de entrevista semiestruturada realizada com professoras e interprete de Libras do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal do Acre. O processo de construção deste trabalho iniciou-se através do levantamento do referencial teórico, tendo passado por diversos autores que analisaram o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva e as contribuições dos docentes no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno. Como resultado, destaca-se a necessidade de mais formação continuada e qualificação aos docentes, incluindo mais disciplinas e práticas pedagógicas de educação inclusiva durante e posterior à graduação. Ademais, efetivação das leis que regulamentam os direitos das pessoas com surdez para realmente construirmos uma escola inclusiva de fato e de direito.

**Palavras-chave:** Deficiência Auditiva. Inclusão Escolar. Formação Continuada.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
1 APRESENTAÇÃO .....	9
2 – INCLUSÃO, FORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA AUDITIVA .....	11
2.1 Processos inclusivos educacionais: Transformações nas escolas brasileiras .....	12
2.2 A deficiência auditiva: caracterizações e processos históricos. ....	18
2.3 Contribuições docentes nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência auditiva: concepções Histórico-cultural.....	21
3 – OBJETIVOS .....	31
3.1 Objetivo Geral.....	31
3.2 - Objetivos Específicos.....	31
4. METODOLOGIA.....	32
4.1 Pressupostos Metodológicos .....	32
4.2 Contextos da pesquisa .....	32
4.3 Participantes .....	32
4.4 Materiais.....	30
4.5 Instrumentos .....	30
4. 6 - Procedimentos de construção de dados.....	31
4. 7 - Procedimentos de análise:.....	32
5- RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	37
5.1 Entrevistas.....	38
5.2 Concepções sobre inclusão escolar: conceitos e experiências.....	38
5.3..Reflexões sobre a trajetória do trabalho do professor de libras.....	40
5.4 Contribuições da formação continuada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.....	41
5.5 A importância do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência auditiva.....	43
5.6 Considerações sobre os processos inclusivos do aluno com deficiência auditiva.....	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	48
7. REFERÊNCIAS .....	49
ANEXOS.....	56
ANEXO A - Aceite institucional.....	57
ANEXO B – Carta de Apresentação.....	58
ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- Professores.....	59
APÊNDICES.....	60
APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semiestruturada .....	61

## 1 APRESENTAÇÃO

Atualmente a inclusão é uma temática que gera muitas discussões na sociedade. A polêmica fica ainda maior quando se trata de educação inclusiva, ou seja, incluir no ensino regular alunos com necessidades educacionais especiais proporcionando uma educação igualitária.

Ao longo de minha formação acadêmica em Serviço Social e agora como acadêmico de pedagogia, trabalhando na rede pública de educação, deparei-me com inúmeras questões que transcenderam minha atuação profissional, onde pude observar várias formas de exclusão. Assim, a proposta de inclusão me faz refletir ainda mais sobre a importância que a socialização exerce no desenvolvimento das pessoas com deficiência e quanto minha profissão pode trabalhar para contribuir com a inclusão destas pessoas, esteja eu atuando como assistente social ou como futuro professor, buscarei propagar a importância e a necessidade de abraçarmos a inclusão escolar e em todos os seguimentos da sociedade.

Sendo assim, esta pesquisa partiu das experiências do pesquisador enquanto Assistente Social, em instituições públicas de ensino e de Assistência Social de Rio Branco- AC. Outro fator que estimulou o desenvolvimento deste trabalho foi à participação em um Curso Básico de Libras e Capacitação no Atendimento ao Surdo para Assistentes Sociais. Ao participar deste curso percebi a necessidade e a importância de se qualificar mais na área para poder atender a todos os usuários da assistência na sua totalidade, sem exclusão. Pois, em virtude do não conhecimento e utilização da Libras pelos assistentes sociais no atendimento de pessoas deficiência auditiva acaba contribuindo para a exclusão.

Em virtude desta concepção, já no início de minhas atividades profissionais, a preocupação era constante sobre a necessidade da inserção das pessoas atendidas no ambiente escolar. No entanto, ainda não vi claramente o fenômeno da inclusão como direito à cidadania por uma sociedade mais justa, nem questionada a classe comum como melhor ambiente pedagógico para o aluno com deficiência. Esta problemática me fez questionar e procurar pesquisar sobre a inclusão escolar, principalmente, em relação à formação de professores.

Durante o processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil encontramos vários desafios, como a falta de preparo dos professores e professoras, especificamente quando se fala de inclusão de alunos com deficiência auditiva.

A escolha por esse tema surgiu pela dificuldade que a escola comum e seus profissionais apresentam no cotidiano em sala de aula, ao trabalhar com a inclusão. Assim como, eu também tenho dificuldade quando preciso me comunicar com uma pessoa surda e

não sei como falar LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Comecei a buscar mais conhecimentos sobre este assunto e passei a analisar como se dá o processo de inclusão na escola e se os professores estão qualificados para a demanda e como eles conseguem êxito no processo de ensino aprendizagem.

Este estudo é de extrema importância, pois podemos discutir a necessidade dos professores romperem as barreiras que existem na sua atuação e estarem preparados para a inclusão de alunos com deficiência auditiva. Dessa maneira, que eles não sejam apenas instrumentos de transmissão de conhecimentos, mas, sobretudo, de novas atitudes e práticas que valorizem a diversidade humana.

Nesse sentido, esse trabalho estabeleceu a seguinte problemática: *Como os professores podem contribuir para inclusão escolar dos alunos com deficiência auditiva frente à necessidade de se repensar nos processos de ensino e aprendizagem destes alunos?*

Tendo como objetivo geral, desenvolver um estudo reflexivo sobre a importância da educação inclusiva centrada na especificidade de uma formação dos docentes que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. E como objetivos específicos:

- a) Analisar as políticas públicas educacionais para a construção de uma escola inclusiva, principalmente, dos alunos com deficiência auditiva;
- b) Identificar a importância da necessidade de atendimento especializado para que haja uma inclusão que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva;
- c) Reconhecer a essencialidade da formação continuada dos docentes para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência auditiva.

Assim, diante dos objetivos propostos, a pesquisa foi realizada em um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas no Acre. Participaram das entrevistas, dois professores de libras e uma Interprete Libras/Língua Portuguesa. A metodologia utilizada no estudo é a pesquisa qualitativa, que teve como instrumento de coleta de informações a entrevista semiestruturada.

O processo de construção deste trabalho iniciou-se através do levantamento do referencial teórico, tendo passado por diversos autores que analisaram o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência auditiva e as contribuições dos docentes no processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno.

A pesquisa está dividida da seguinte forma:

**2 – Fundamentação Teórica:** Aborda inicialmente sobre Inclusão escolar, destacando as transformações educacionais brasileiras. Em seguida, apresenta de maneira geral, conceitos e processos históricos da deficiência auditiva. Para então tratar dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. E por fim das Contribuições docentes nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência auditiva: concepções Histórico-cultural.

**3 – Objetivos:** Neste trabalho temos como Objetivo Geral: Desenvolver um estudo reflexivo sobre a importância da educação inclusiva centrada na especificidade de uma formação dos docentes que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. E como Objetivos Específicos destacamos: Analisar as políticas públicas educacionais para a construção de uma escola inclusiva; Identificar a importância da necessidade de atendimento especializado para esses alunos; Reconhecer a importância da formação continuada dos docentes.

**4 – Metodologia:** A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa que visa investigar e colher informações com base na qualidade e não na quantidade, na aproximação dos entrevistados agindo de forma mais espontânea permitindo uma maior interação entre os entrevistados e o pesquisador. Para elaboração da complementação desta pesquisa utilizamos entrevistas semiestruturadas foram realizadas com dois professores de Libras e uma interprete de Libras/Português ambos de um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Instituto Federal do Acre. Para a construção, organização e análise das informações foram utilizados os seguintes recursos materiais: celular, internet, computador, papel A4, impressora, livros, cartilhas, dispositivos de mídia, tinta para impressão, apostilas e folders, que contenham informações sobre este tema e também gastos com gasolina, passagem de ônibus, moto para se deslocar ao local da pesquisa.

**5 – Resultados e Discussão dos Resultados:** conforme os instrumentos utilizados na pesquisa, os resultados são descritos e, concomitantemente, discutidos a partir da fundamentação teórica. Tais resultados estão dispostos e organizados a partir de categorias. São elas: Inclusão, Formação e Deficiência Auditiva; Inclusão Escolar: Transformações Educacionais Brasileiras; Surdos em Diferentes Épocas e Contribuições Docentes nos Processos de Aprendizagem e Desenvolvimento de Alunos com Deficiência Auditiva.

**6 – Considerações Finais:** Ao pesquisarmos sobre a educação inclusiva e a contribuição dos docentes no processo de ensino/aprendizagem identificamos a necessidade de mais capacitações e educação continuada. Portanto, a pesquisa mostrou que o aluno com deficiência auditiva encontra-se inserido ao ensino regular, entretanto, ainda não está incluído de forma efetiva como deveria ser apesar das inúmeras leis e decretos criados para garantir o acesso aos seus direitos.

## **2. INCLUSÃO, FORMAÇÃO E DEFICIÊNCIA AUDITIVA**

Este capítulo aborda inicialmente sobre inclusão escolar, destacando as transformações educacionais brasileiras. Em seguida, apresenta de maneira geral os conceitos e processos históricos da deficiência auditiva. Para então tratar dos processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva. E por fim das Contribuições docentes nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência auditiva: concepções Histórico-cultural.

### **2.1 Processos inclusivos educacionais: Transformações nas escolas brasileiras**

Ao buscar contextualizar a educação inclusiva na atualidade, verifica-se a importância de destacar que esta se constituiu em diversos contextos históricos, sociais e culturais. Tendo em vista que, de um modo geral, a sociedade, especificamente, a escola, nem sempre teve atitudes inclusivas e respeitadas para com as pessoas com deficiência.

Sasaki (2005, p. 2) enfatiza que instituições escolares “sempre acreditou que não poderia matricular crianças consideradas, por algum critério, incapazes de aprender”. E acrescenta que “[...] professores que trabalhavam neste tipo de escola sempre acreditaram que não era obrigação deles ensinar crianças que não se encaixavam no perfil de alunos capazes intelectual, visual, auditiva e fisicamente”.

Sasaki (2005, p. 2), também afirma que:

[...] felizmente, nos últimos 15 anos, o mundo começou a mudar radicalmente contra este tipo de escola e de sociedade. Um número cada vez maior de pais, educadores e outras pessoas sinceramente preocupadas com os direitos de todos os seres humanos defende uma escola que receba e ensine todos os tipos de criança. Uma escola que encoraje todas as crianças a aprenderem juntas, colaborando e cooperando mutuamente.

De acordo Fávero, Ferreira e Barreiros (2009) pode-se dizer que são consideráveis os anos que já se passaram desde que a Conferência Mundial de Salamanca sobre Educação para Necessidades Especiais apoiou os ideais da educação inclusiva. Estes autores apontam que, apesar de existirem outras propostas a favor da inclusão, a Declaração de Salamanca (1994), a nível internacional, foi primordial para o campo da educação especial. Pois, dentre outros aspectos importantes, esta declara que as “escolas regulares com orientação inclusiva constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo educação para todos”. (UNESCO, 1994)

A Constituição Federal de 1988, já previa a universalização do acesso ao ensino. Isto desencadeou uma reforma educacional que visava à equidade e a qualidade em uma escola para todos. No entanto, ainda precisava avançar em seus discursos.

Partindo dessa perspectiva, destaca-se que os processos inclusivos no Brasil, que se iniciou com a discussão do fracasso escolar, foram permeados tanto pela Conferência Mundial de Educação para Todos que aconteceu na Tailândia em 1990, quanto pela Conferência de Salamanca, em 1994, na Espanha. (GUARINELLO et al, 2006).

Na conferência mundial, mencionada acima, debateu-se sobre a relevância de construir uma “política educacional de qualidade, a qual possibilitasse o atendimento efetivo a um maior número de crianças na escola. [...] a importância de serviços que atendessem aos alunos, tanto aqueles considerados normais, quanto aqueles com necessidades especiais”. (GUARINELLO, et al, 2006, p. 318).

Como já foi dito sobre a essencialidade da declaração de Salamanca, foi por meio desta que a definição de escola inclusiva passou a ser debatida com mais seriedade, almejando “o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, centrado no aluno, oferecendo a oportunidade de aprendizagem a todos. [...] Qualquer aluno que apresentasse dificuldades em sua escolarização seria considerado com necessidades educativas especiais [...]” (Borges, 2004 apud GUARINELLO, et al, 2006, p. 319).

Assim, a partir dessa conferência e declaração, sabe-se que o Brasil vem tentando buscar meios para atingir a educação inclusiva, ainda que, na maioria das vezes, para cumprir tratados e acordos nacionais e, em grande parte, internacionais.

Dentre as diversas ações, destaca-se a da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC) que desde 2003 propôs mudanças na realidade da educação brasileira ao assumir “o compromisso de apoiar os estados e municípios na sua tarefa de fazer com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e de qualidade” (BRASIL, 2004, p. 4)

A Educação Inclusiva surge então como uma proposta que visa atender, indiscriminadamente, a todos os alunos e alunas, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais em um mesmo espaço escolar. Sob a crença de ser esta uma alternativa para superar formas segregadoras e discriminatórias de ensino, seu compromisso é garantir uma educação de qualidade para todos e realizar as transformações necessárias para se conseguir isso. (GONÇALVES, 2013, p. 23).

No entanto, esta deve ser vista como um processo contínuo e gradativo de transformações para que de fato seja significativa e inclusiva e não apenas como uma implantação para dizer que se cumpriu, ou seja, que o Brasil tem escolas inclusivas.

De acordo com Sasaki (2011, p.1);

Se vista como um produto, a educação inclusiva representa a vitória sobre todos os tipos de barreira que tentam inviabilizá-la ao longo da sua implementação. Se vista como um processo, a educação inclusiva é um poderoso instrumento capaz de transformar um sistema educacional, passando-o gradativamente de excludente para includente.

Partindo desse ponto de vista, o ingresso das crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular precisa ser ressignificado quando ainda se constata transposições de práticas do ensino especial para as escolas regulares. Desse modo, a escola ainda não se reelaborou o suficiente em seus planejamentos e estratégias de ensino e aprendizagem para consolidar de fato um ambiente escolar inclusivo (FÁVERO e FERREIRA, 2009, p. 4). Por isso que se reafirma a importância de se considerar a educação inclusiva se constituindo em um processo e não uma consumação pela simples implantação.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE), difundida em 2008, traz a opinião de que a educação inclusiva, baseada na concepção de direitos humanos, é, além de cultural, social e pedagógica, uma ação política mobilizadora de uma educação de qualidade para todos os alunos.

De acordo com Sandoval, et al (2002) apud Fonseca e Silva, (2010 p. 2) “A inclusão em educação envolve processos de aumento da participação e redução da exclusão de todos os alunos das culturas, dos currículos e das comunidades das escolas locais”. Fato este reafirmado a partir da Lei de Diretrizes de Base da Educação n. 9.394 de 1996. Este documento ressalta que é de direito a oportunidade de acesso e permanência de todos os alunos em escolas regulares de ensino. Às crianças com necessidades educacionais especiais lhe serão cedidas o subsídio que for necessário.

No âmbito da educação especial também se observava um contexto de revisão influenciado pelo criticismo relacionado aos serviços e às normas e políticas, que foi alimentado pelas orientações internacionais em torno do princípio da educação inclusiva. Nesta mesma linha, as referências às necessidades educacionais especiais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 vieram tanto atualizar os dispositivos que a Constituição de 1988 dirigia aos indivíduos com deficiências, quanto priorizar a expansão de matrículas na rede pública regular.

Além da legislação que regulamenta a inclusão escolar, políticas públicas direcionadas a formação continuada dos professores e a inserção de profissionais de outras áreas na escola, deveriam ser implementadas a fim de contribuir p§ 5 As escolas passam a ser chamadas inclusivas no momento em que decidem aprender com os alunos o que deve ser eliminado, modificado, substituído ou acrescentado no sistema escolar para que ele se torne totalmente acessível. (FERREIRA e NUNES, 1997 apud MENDES, 2010, p. 13).

Sassaki (2005, p. 2), fez uma adequação de um texto que descreve 10 razões para a educação ser inclusiva. Ele foi elaborado pelo Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva, da Grã-Bretanha. “A educação inclusiva é um direito humano, é uma educação de qualidade e tem um bom senso social. **Os 10 motivos para uma escola ser de todas as crianças** podem ser agrupados nestes três aspectos: direito humano, educação de qualidade e senso social”

#### **DIREITO HUMANO**

1. Todas as crianças têm o direito de aprender juntas.
2. As crianças não devem ser desvalorizadas ou discriminadas por meio da exclusão ou rejeição com base em sua deficiência ou dificuldade de aprendizagem.
3. Adultos com deficiência, descrevendo a si mesmos como sobreviventes de escolas especiais, estão exigindo o fim da segregação.
4. Não existem razões legítimas para separar as crianças na vida educacional. As crianças se pertencem, com vantagens e benefícios para todas. Elas não precisam ser protegidas uma da outra.

#### **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

5. As pesquisas mostram que as crianças aprendem melhor, acadêmica e socialmente, em ambientes inclusivos.
6. Não há ensino ou atenção em uma escola segregada que não possa ser oferecido em escolas comuns.
7. Com apoio e compromisso, a educação inclusiva constitui um melhor uso dos recursos educacionais.

#### **SENSO SOCIAL**

8. A segregação ensina as crianças a terem medo e serem ignorantes, além de fomentar o preconceito.
9. Todas as crianças precisam de uma educação que as ajude a desenvolver relacionamentos e as prepare para a vida na sociedade.
10. Somente a inclusão tem o potencial para reduzir o medo e construir amizade, respeito e compreensão.

Apesar dos diversos apontamentos em direção as mudanças importantes ocorridas na educação brasileira, deve-se deixar claro que aproximadamente nos 30 anos de política de tentativa de inclusão escolar também pode contribuir com processos exclusivos. Pois, a

medida que se mascara segregações por meio de salas de recursos que desempenham funções equivocada de classes especiais, há um processo inverso na inclusão de aluno com deficiência nas classes comuns. (Mendes, 2010)

A Resolução CNE/CBE nº 2, de um modo geral, institui as diretrizes para garantir a composição das escolas inclusivas. Essa Resolução e o Parecer CNE/CEB nº 17/2001 se basearam fortemente na Declaração de Salamanca (1994) que enfatiza que “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.” E o art. 7º estabelece que “o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais deve ser realizado em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica” (BRASIL, 2001)

A Declaração de Salamanca (1994), impulsionou as questões do respeito às diferenças no meio social. Sendo assim, destaca que todos devem ter o direito ao acesso e permanência na escola comum. Esta é que deve se adaptar as necessidades educacionais dos alunos e não ao contrário. Assim, o “princípio de inclusão provocou uma mudança na função da escola, desvelando uma nova concepção que parte da premissa de que essa instituição é o lócus privilegiado não só da instrução, mas também da inclusão social” (PALMA, 2012, p. 9)

Seno (2009, p. 377), afirma que:

A maioria das escolas não está preparada para receber um aluno com necessidades educacionais especiais. As barreiras arquitetônicas, o despreparo dos professores, a falta de uma equipe de apoio com profissionais especializados e a resistência dos educadores em modificar as suas práticas são evidentes nesse processo e dificultam ainda mais a acolhida a esses indivíduos. Oferecer alternativas que contemplem as diferenças, além de recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos alunos, com e sem deficiências, mas sem discriminações, é indispensável.

Contudo, voltando-se para a especificidade de algumas deficiências, como o aluno com deficiência auditiva, percebe-se que ainda precisam acontecer muitos avanços. Este, amparados por lei, além de ser incluído na escola precisa de adaptação arquitetônica, de estratégias pedagógicas e recursos bem específicos. O aluno com deficiência auditiva, na maioria das vezes, utiliza-se de uma língua diferente da comunidade escolar em que participa.

Foi comprovada a incapacidade da escola para educar o surdo nos moldes convencionais, devido a sua vocação pra a permanência dos processos

pedagógicos, sendo constatado que a Libras é o recurso inicial necessário para a verdadeira emancipação dos surdos e sua inclusão tanto escolar quanto social. (CARVALHO, 2007 apud PALMA, 2012, p. 21).

Para Skliar (1997) a língua de sinais compõem, em sua essência, a identidade dos surdos e como se constrói na e com a comunidade pode-se dizer que a partilhamos e conhecemos as normas da língua nas interações do dia a dia. Segundo Sofiato (2013, p. 1):

no Brasil, a educação de surdos, é baseada na política nacional da educação que preconiza a educação inclusiva, na última década têm surgido alguns novos posicionamentos com relação à forma de inserir alunos com deficiência auditiva nas escolas de ensino regular e suas implicações, levando-se em consideração o direito à educação e à tentativa de promover uma educação de qualidade para essa parcela da população.

A educação de alunos com deficiência auditiva hoje é marcado pelo bilinguismo, pela existência da (LIBRAS) no currículo acadêmico, pela inclusão, pela necessidade de interpretes qualificados, pelo fortalecimento do professor surdo. A mesma inclusão que coloca o aluno com deficiência em sala de aula leva professores surdos ao mesmo lugar. No hoje, a língua de sinais além de reconhecida tem caráter fundamental na construção do surdo enquanto sujeito de si e de suas ações.

Conforme Skliar (1997) apud por Sofiato (2013, p.1):

o bilinguismo passou a fazer parte das discussões na educação de surdos no Brasil a partir da década de 1990. Ele ressalta que essa proposta nasce como um reconhecimento político da surdez como diferença em resposta a concepção clínica terapêutica da surdez. O autor faz referência ao bilinguismo enquanto abordagem educacional da surdez, em que o surdo aprende primeiramente a língua de sinais como primeira língua e a língua oral de seu país de origem como segunda língua.

Em 2002 ainda houve uma grande conquista na área da surdez com a instituição da Lei nº 10.436/02, a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como “[...] meio legal de comunicação e expressão dos surdos determinando a garantia das formas de uso e difusão e a inclusão da disciplina de Libras como parte dos cursos de formação e de fonoaudiologia”. ” (SOFIATO, 2013, p. 1)

Esta autora destaca ainda que em 2005, com a admissão do Decreto nº 5.626 (BRASIL, 2005), essa lei foi outorgada, antevendo que os alunos surdos têm direito a promoção às escolas ou classes bilíngues e o ensino da Língua Portuguesa como segunda

língua para os alunos surdos. Além disso a oferta do AEE no período contrário ao da aula e os serviços do tradutor e intérprete de Libras. (SOFIATO, 2013).

Nesse sentido, para que os processos inclusivos da pessoa com deficiência auditiva se efetive qualitativamente é preciso realizar mudanças tanto no espaço físico, quanto na formação dos docente e, conseqüentemente, na adoção de novas práticas pedagógicas. Pois, incluir um aluno com deficiência auditiva vai além do ingresso na escola, já que o fundamental está no respeito às diferenças para que se possam proporcionar aprendizagens que desencadeie desenvolvimento.

## **2.2. A deficiência auditiva: caracterizações e processos históricos**

Ao descrever sobre as caracterizações da deficiência auditiva, salienta-se que tais informações são relevantes quando o docente assume uma prática reflexiva diante destas. Como a conscientização e sensibilização em relação às definições e conceituações que se deram no decorrer dos processos históricos e culturais. Qual a denominação correta ao nos referirmos a pessoas com deficiência auditiva? Deficiente auditivo, surdo ou surdo-mudo?

Rodrigues (2008, p. 3) apoia-se nas definições da FENEIS - Federação Nacional dos Surdos e destaca que:

o surdo-mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgada nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda. A mudez é outra deficiência. Para a comunidade surda, o deficiente auditivo é aquele que não participa de Associações e não sabe Libras, a Língua de sinais. O surdo é o alfabetizado e tem a Libras (Língua Brasileira de Sinais), como sua língua materna.

De acordo com a Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego, MTE, (2007.p. 21) a surdez é a perda bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (Decreto nº 5.296/04, art. 5º, §1º, I, “b”, c/c Decreto nº 5.298/99, art. 4º, II)

Atualmente ouvimos falar ainda mais sobre alunos surdos, língua brasileira de sinais- Libras e inclusão escolar, mas o que realmente sabemos sobre os surdos? Torna-se relevante fazermos uma breve contextualização histórica e apresentar momentos na história desses indivíduos que certamente contribuíram para que eles conquistassem o espaço que lhes é devido.

Para (Rodrigues, 2008, p. 1):

[...] A história da humanidade foi testemunha de como as pessoas com deficiência foram excluídas da sociedade. Durante os séculos X a IX a.C, as leis permitiam que os recém-nascidos com sinais de debilidade ou algum tipo de má formação fossem lançados ao monte Taigeto. As crianças que nasciam com alguma deficiência eram deixadas nas estradas para morrerem.

A educação dos surdos foi constituída historicamente por teorias, filosofias, políticas e ideologias. Diversos personagens fizeram parte dessa história que até hoje traz consequências para a vida do surdo.

Durante muito tempo os surdos sempre foram estigmatizados e vistos como doentes, incapazes ou algo trágico que poderia ser transmitido aos que estivessem próximos. De acordo com Felipe (2007) apud Hennemann, (2013, p. 1) “muitos surdos eram excluídos da sociedade, pois não falavam, dessa forma, a sociedade demonstrava que a maior dificuldade era a fala e não a surdez”.

Segundo Silva, (2009, p. 2)

Na antiguidade, os Gregos viam os surdos como animais, pois para eles o pensamento se dava mediante a fala. Sem a audição os surdos na época ficavam fora dos ensinamentos e com isso, não adquiriam o conhecimento. Os Romanos privavam os surdos de direitos legais, eles não se casavam, não herdavam os bens da família e diante da religião, a igreja católica considerava os surdos sem salvação, ou seja, não iriam para o reino de Deus após a morte. Pode-se dizer que a condição do sujeito surdo era a mais miserável de todas, pois a sociedade os considerava como imbecis, anormais, incompetentes.

Para filósofo Grego Aristóteles (384 a 322 a.C.) como o surdo não se expressava oralmente era quase que impossível de ensiná-lo e dele constituir pensamentos ou expor seus sentimento. (STROBEL, 2008)

Já em 360 a.C, Sócrates começa desmistificar essa ideia ao anunciar que os surdos poderiam se expressar por meio do corpo, como a mão. Mais adiante, “no período de 637 d.C, o bispo John of Bervely ensina um surdo a falar de forma clara, e o acontecimento é considerado um milagre” (Salles, et al 2005), *apud* por Gisele, (2009, p. 2 ).

De acordo com Strobel (2008, p. 18):

Para Egito e Pérsia, os surdos eram considerados como criaturas privilegiadas, enviados dos deuses, porque acreditavam que eles comunicavam em segredo com os deuses. Havia um forte sentimento humanitário e respeito, protegiam e tributavam aos surdos a adoração, no entanto, os surdos tinham vida inativa e não eram educados.

Na Idade Média ainda era precário o atendimento as particularidades do surdo, muito eram jogados em fogueiras por serem considerados pessoas estranhas, amaldiçoadas perante a sociedade. (STROBEL, 2008)

Segundo (Rodrigues, 2008, p. 1):

Os surdos eram considerados pela lei da época como imbecis. Não tinham direitos e também eram sacrificados, não recebiam comunhão nem heranças e ainda havia sanções bíblicas contra o casamento de duas pessoas surdas. Mais tarde, durante a Idade Média a igreja condena o infanticídio, fornecendo a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as "anormalidades" que apresentavam as pessoas. É importante ressaltar que até o início da Idade Moderna não havia notícias de experiências educacionais com as crianças surdas. O surdo era visto como um ser irracional, primitivo, não educável, não cidadão; pessoas castigadas e enfeitadas, como doentes privados de alfabetização e instrução, forçados a fazer os trabalhos mais desprezíveis; viviam sozinhos e abandonados na miséria.

Chegando à Idade Moderna, por volta de 1500, um médico filósofo chamado Girolamo Cardano (1501-1576) reconheceu que “a surdez e mudez não é o impedimento para desenvolver a aprendizagem e o meio melhor dos surdos de aprender é através da escrita e que era um crime não instruir um surdo-mudo. Ele utilizava a língua de sinais e escrita com os surdos”. (STROBEL, 2008, p. 19)

De acordo com relatos de (Buffa, 2002, p. 48):

A educação de deficiente auditivo então, desde seus primórdios na Europa, no século XVIII, caracteriza-se por uma práxis pedagógica voltada a formas de comunicação, confundindo-se metodologia de ensino com processos de reabilitação de linguagem, ocorrendo uma constante polêmica: linguagem oral x linguagem gestual.

Os estudos de Strobel (2008) nos mostra que Charles Michel de L'Épée constituiu a primeira escola pública para os surdos “Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris” e formou diversos professores para surdos. Sua publicação “A verdadeira maneira de instruir os surdos-mudos” abordava sobre sinais metódicos, regras sintáticas e o alfabeto manual criado pelo Pablo Bonnet. Este livro foi posteriormente enriquecido com a contribuição da teoria do abade Roch-Ambroise Sicard.

Em seus relatos, Strobel, (2008) ressalta a narrativa da educação no surdo não só mundial, mas também no Brasil. Ele nos conta sobre a primeira escola para surdos em nosso país, que foi criação da FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos

Deficientes Auditivos) em 1977. Esta era formada apenas por pessoas ouvintes envolvida com a problemática da surdez. Já em 1987 ela foi reorganizada e começou a se chamar FENEIS– Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro.

Em 1997, pela primeira vez no Brasil, a emissora Rede Globo estreia o Closed Caption (exposição de legenda na televisão). Em 2002, junto a essas conquistas, os surdos conseguiram a Formação de agentes multiplicadores Libras em Contexto em MEC/Feneis. No ano de 2006 iniciou-se a faculdade de Letras/libras com nove polos propagados pelo país. . (STROBEL, 2008)

De acordo com Lopes (2000) outra altiva conquista dos deficientes auditivos foi a comemoração de seu dia. No Brasil é comemorado no dia 26 de setembro, pois nesta data, um marco histórico respeitável, foi constituída a primeira escola de surdos no Brasil. Internacionalmente é comemorado no dia 30 de Setembro.

Diante de todo esse percurso histórico, pode-se dizer que ainda encontra-se nesse processo de mudança. Atualmente, ao ingressar a escola comum, o aluno deficiente auditivo ainda se esbarra em muitas dificuldades no processo educativo, como ausência de recursos materiais e humanos adequados. Infelizmente os professores não recebem em seus currículos de formação preparo específico para lidar com alunos deficientes. Por essa razão, muitos não estão qualificados para trabalhar com esses alunos.

### **2.3 Contribuições docentes nos processos de aprendizagem e desenvolvimento de alunos com deficiência auditiva**

Muito tem se falado sobre a necessidade da escola mudar, para atender a cada necessidade dos alunos, entretanto, precisamos refletir que também essa mudança parte dos profissionais d educação, que deve desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade. Em relação ao professor, este deve ser visto como mediador, tornando a sala de aula um ambiente estimulador de sua autonomia. A atuação do professor no seu dia a dia exige que ele seja capaz de organizar as situações de aprendizagem considerando a diversidade dos alunos.

Segundo (Almeida, 2002, p. 37):

O modelo de comportamento do educador influenciará decisivamente o comportamento dos pais e dos educandos. É sempre bom lembrar, que o papel do educador é de ser o mediador da situação, nunca ser o ditador (achando que sabe o que é melhor para o educando) ou ser um juiz (julgando os comportamentos de forma moral, quer seja dos pais ou do educando). O

papel de mediador exige postura compreensiva, diálogo, flexibilidade e delicada firmeza e amplo conhecimento técnico.

Rodrigues (2008, p. 1), afirma que “a história da inclusão no Brasil, a cada dia se fortalecendo mais. Especialistas vêm mostrando que a inclusão é necessária e que a partilha de experiências, informações e conhecimento, só tem valor se for repassado”. Rodrigues (2008, p. 1) acrescenta ainda que “na maioria dos casos a integração do aluno com deficiência requer a presença de um professor que colabore dentro da sala de aula de modo que favoreça o progresso e a aprendizagem”.

Segundo os pesquisadores Guarinello, et al. (2006) *apud*, por Machado e Vitaliano, (2013, p. 5).

A inclusão de surdos no ensino regular significa mais do que apenas criar vagas e proporcionar recursos materiais, requer uma escola e uma sociedade inclusivas, que assegurem igualdade de oportunidades a todos os alunos, contando com professores capacitados e comprometidos com a educação de todo.

O professor necessita vivenciar trocas de experiências, reflexões coletivas sobre a sua prática pedagógica para que aconteça mudanças significativas no processo de ensino e aprendizagem do aluno. Sendo assim, o planejamento de ações e programas deve envolver a todos, pois “docentes, diretores e funcionários apresentam papéis específicos, mas precisam agir coletivamente para que a inclusão escolar efetivada nas escolas”. (MATOS, 2000. p. 20)

Este autor destaca ainda que a comunidade escolar ainda não está sabendo como acolher as pessoas com deficiência na escola regular e isso se dá pela falta de formação apropriada.

A formação de professores para a inclusão depende de procedimentos mais amplos, requer uma reformulação do processo ensino aprendizagem que acontece no próprio curso de licenciatura. Além disso, devem ser consideradas as novas tendências educacionais, com a proposta de professores mais reflexivos, conteúdos mais recentes, enfim uma formação global que não se restringe a dependência exclusiva de conhecimentos sobre Educação Especial. (VITALIANO, 2010 *apud* MACHADO e VITALIANO, 2013, p. 5)

Como sabemos no processo de implantação da política de educação inclusiva no Brasil são muitos os desafios encontrados, mas a falta de preparo dos professores (a) e demais profissionais da escola, ganha destaque quando o tema é abordado. O reconhecimento de dificuldades na formação docente para a educação inclusiva não deve ser apenas uma justificativa para os fracassos, mas um motor para a construção de experiências bem-sucedidas onde a educação é de qualidade e verdadeiramente para todos.

Há décadas discutem-se em congresso, seminários, cursos outros eventos semelhantes, qual a formação ideal ou necessária do professor do ensino básico, sobre os modelos de formação vigente, principalmente nos cursos de licenciatura.

Segundo os pesquisadores Anjos, Andrade e Pereira, (2009, p. 7). O choque sentido pelos professores no início do trabalho com alunos deficientes fez com que ele percebesse um vazio na sua formação, a falta de um treinamento e o fato de que esses novos sujeitos que estão na sala de aula exigem novas capacidades e novos modos de pensar; a certeza de que estão improvisando, que pode levar a descobrir novos fazeres e saberes, não necessariamente subordinados ao “fazer correto”; as dificuldades encontradas pelo professor, as quais podem ajudar a acordar de um fazer pedagógico que, por ter-se tornado automático, se tornou “fácil”; a necessidade que o professor sente de ser instigado, incentivado diante das dificuldades encontradas e dos desafios colocados.

De acordo com Imbernón, (2010) *apud* Wengzynski e Tozetto, (2012, p. 2), “a formação continuada é diretamente ligada ao papel do professor; as possibilidades de transformação de suas práticas pedagógicas e nas possíveis mudanças do contexto escolar”. Os mesmos autores ainda ressalta a formação continuada como promoção de desenvolvimento “pessoal, profissional e institucional” dos educadores, aprimorando suas ações para ressignificação da prática pedagógica. Esta prática está a frente das modernizações “científicas, didáticas ou pedagógicas” do trabalho do professor, pois “supõe uma prática cujo alicerce é balizado na teoria e na reflexão desta, para mudança e transformação no contexto escolar”. (p. 2)

Dentro dessa perspectiva, a formação continuada, entendida como parte do desenvolvimento profissional que acontece ao longo da atuação docente, pode possibilitar um novo sentido à prática pedagógica, contextualizar novas circunstâncias e ressignificar a atuação do professor.

Nesse sentido, Matos, (2000, p. 20), afirma que “é preciso adotar programas de capacitação, supervisão e avaliação que sejam realizados de forma integrada e permanente”. Já que “a formação implica um processo contínuo que precisa ir além da presença de professores em cursos que visem mudar sua ação no processo ensino-aprendizagem”.

Segundo Gomes e Angeluci (2012, p. 5):

Cabe à escola e ao seu gestor elaborar o projeto político pedagógico, que deverá prever cursos de capacitação de professores e encontros da equipe pedagógica com professores ou instituições especializadas no processo ensino-aprendizagem do aluno com necessidades especiais. Esse projeto

pedagógico torna-se relevante para a comunidade, visto que se analisados todos os alunos com problemas de aprendizagem, poderiam dizer que são, também, alvos das políticas de inclusão, e não somente os alunos com necessidades especiais.

Assim, como bem coloca Frias (2010, p. 13) *apud por* Gonçalves e Festa, (2013, p. 2):

A inclusão dos alunos Surdos na escola regular devem contemplar mudanças no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo; requer também elaboração de trabalhos que promovam à interação em grupos na sala de aula e espaço físico adequado a circulação de todos. A inclusão deve ocorrer, ainda que existam desafios, com garantia de oportunidades ao aluno Surdos iguais aos do aluno ouvinte.

Assim, pode-se afirmar que um dos pontos de relevância para as mudanças nos processos inclusivos seria a presença de professores surdos na trajetória escolar de alunos com deficiência auditiva. Esta prática seria extremamente importante, uma vez que esses professores serão a grande referência para os alunos e seus familiares.

A participação do aluno com deficiência auditiva em sala requer que o educador conheça a importância de realizar novas estratégias e métodos de ensino que estejam apropriados à especificidade de aprendizagem deste aluno. O aluno Surdo está na escola, então compete aos docentes proporcionar condições favoráveis de mudanças e melhorias, visando alcançar o objetivo primordial da escola atual que é promoção da inclusão escolar. (GONÇALVES E FESTA, 2013)

A maioria dos surdos nasce em famílias de pessoas ouvintes, que desconhecem as necessidades e potencialidades da comunidade surda e abordam o fato como limitações e impossibilidades. Ao se depararem com professores surdos, os pais de crianças surdas começam a compreender melhor o universo da surdez, passam a entender o significado da Língua de Sinais no desenvolvimento da pessoa surda e visualizar novas perspectivas de futuro para seu filho surdo. (MELENDES, 2011, p. 1)

A inclusão escolar do aluno surdo ainda precisa trilhar muito caminhos, pois há dificuldade de qualificação apropriada no atendimento a essa necessidade educacional especial. Pois, há “necessidade de mudança de reforma na formação dos professores, para auxiliá-lo no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento de deficientes auditivos e surdos; nesse sentido quando a integração se der de fato, é que a escola regular será realmente a escola de todos”. (GOMES e ANGELUCI, 2012, p. 25)

Os autores Lacerda e Mantelatto (2000) *apud* Gonçalves e Festa, (2013, p. 3), afirmam que:

o Bilinguismo visa à exposição da criança surda à língua de sinais o mais cedo possível, pois esta aquisição proporcionará ao Surdo um desenvolvimento mais consistente e pleno de linguagem e, por consequência, um desenvolvimento integral, linguístico e cognitivo da criança surda, facilitando o processo de aprendizagem que serve de apoio para a leitura e compreensão do mundo. Dentro desta educação, não havendo um professor proficiente em LIBRAS em sala de aula, o profissional Tradutor intérprete de LIBRAS (TILS) é fundamental para a comunicação.

Esse profissional surgiu a partir da necessidade dos deficientes auditivos de ter um intercessor ao comunicar-se com os ouvintes. Compreende-se que de maneira informal a família desempenhava esse papel. Esta “por não conhecerem a Língua de Sinais, construíam uma comunicação usual própria, diferente da Língua de Sinais, com assuntos relacionados apenas as necessidades básicas e momentâneas da criança Surda”. (CASTRO, 1999 *apud* GONÇALVES e FESTA, 2013, p. 4)

Entretanto, para que se ocorresse formalmente criou-se a necessidade de oficializar esta prática. “A comunicação dos Surdos se desenvolveu por meio do acesso a Língua de Sinais. Nesse contexto, a Lei nº 12.319 de 01/09/2010 foi de grande importância, pois regulamentou a profissão do Intérprete.” (BERGMANN, 2001 *apud* GONÇALVES e FESTA, 2013, p. 4)

Assim, a relevância da presença de um profissional surdo ou com formação profissional entre os demais professores na escola, é de grande valia no processo de inclusão, mas especificamente, no alcance da LIBRAS pelo deficiente auditivo. A este desígnio, “o Bilinguismo seria a proposta mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que se considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita”. (QUADROS, 2005, p. 4)

Nessa perspectiva, como destaca Gonçalves e Festa, (2013, p. 9) “professor e o intérprete assumem parceria na educação do aluno Surdo, o de educar com finalidade de visar à aprendizagem. É necessário reconhecer o papel do intérprete na educação bilíngue do aluno Surdo”.

A finalidade da educação bilíngue é que o aluno Surdo consiga alcançar um desenvolvimento cognitivo linguístico compatível ao do aluno ouvinte, e que consiga desenvolver uma relação de interação com os ouvintes, com acesso às duas línguas: a língua de sinais e a língua da comunidade que está inserida. (LACERDA, 1998, p. 10)

De acordo com Silva e Arruda, (2014, p. 3), “a maneira que professor e aluno se relacionam cria a afetividade que faz com que essa relação se fortaleça ainda mais. O

aprendizado desse aluno se dá no cotidiano, porque é através da prática que se constrói o conhecimento”. Eles destacam ainda que:

talvez, o significado da palavra - **Incluir**, não esteja ligado a inserir pessoas diferentes na sociedade e sim fazer um trabalho diferenciado com essas pessoas, um trabalho que possibilite a autonomia, porque o professor deve estar em constante aprendizagem, buscando informações e estar sempre disposto a ouvir o aluno para um melhor desempenho do seu trabalho. (p. 3)

Ainda segundo (Silva e Arruda, 2014, p. 4):

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada um dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver seu trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica.

A Lei Federal Nº 11.502, confere à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a elaboração de propostas para a formação de professores da educação básica, visando garantir a qualidade da formação continuada dos docentes que atuarão ou que já estejam trabalhando nas escolas públicas. Ademais se busca interagir a educação básica e superior almejando à condições mais favoráveis ao ensino público. Sendo assim, a Política Nacional de Formação de Professores tem como meta estender a oferta e o aperfeiçoamento da formação dos professores. (SOUSA e RAMALHO, 2012)

Pode-se dizer que o professor se sente mais angustiado e inseguro devido a sua falta de vivência e de conhecimento sobre a deficiência auditiva, pois na maioria das vezes os cursos de graduação de formação de professores não abordam sobre o tema em questão e não proporciona experiências, como estágios na área.

Para Mantoan (1997 *apud* Santos, 2014, p. 2):

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

No entanto, como vimos, “fica cada vez mais difícil a situação do professor, porque as universidades pouco os preparam para lidar com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), saem despreparados, já que na sua formação não tem um curso específico para lidar com eles”. (SILVA E ARRUDA, 2014, p. 4). Estes autores ressaltam ainda que

“muitos professores ainda reclamam que falta, também, o suporte de profissionais da área da especificidade para trabalhar com essas crianças, já que as mesmas necessitam de uma atenção especial, um trabalho diferenciado”. (p. 4)

Silva e Arruda (2014, p. 4), também afirmam que:

ainda há muito para se fazer, pois realmente a formação do professor não é coerente para se trabalhar com a inclusão, enquanto isso a pedagogia da diversidade precisa ser vista como uma pedagogia que seja auxiliadora, onde as práticas pedagógicas precisam ser repensadas e modificadas, dependendo da criatividade de cada professor, o modo com o qual desenvolverá seu projeto com a sala, de forma a incluir a todos, através de um planejamento flexível para novas adaptações.

Destaca-se aqui que a importância da formação continuada não deve estar voltada apenas para os docentes, mas para todos os atores da escola que estão comprometidos com os processos inclusivos. Ademais, deve-se contar com o apoio dos profissionais especializados, como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, psicólogo, entre outros. (SILVA e ARRUDA, 2014). Desse modo, por mais que o professor atue de forma inclusiva ele não consegue incluir o aluno sozinho, a participação de todos é fundamental para um melhor desenvolvimento dentro da comunidade.

## **3 – OBJETIVOS**

### **3.1 Objetivo Geral**

Desenvolver um estudo reflexivo sobre a importância da educação inclusiva centrada na especificidade de uma formação dos docentes que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva.

### **3.2 - Objetivos Específicos**

- a) Analisar as políticas públicas educacionais para a construção de uma escola inclusiva, principalmente, dos alunos com deficiência auditiva;
- b) Identificar a importância da necessidade de atendimento especializado para que haja uma inclusão que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva;
- c) Reconhecer a essencialidade da formação continuada dos docentes para atender as necessidades educacionais dos alunos com deficiência auditiva.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1 Pressupostos Metodológicos**

A metodologia pode assumir características distintas, pode ser: metodologia científica ou metodologia de pesquisa e ainda metodologia da pesquisa científica, envolvendo os métodos de abordagem, de procedimento e as técnicas/instrumentos.

Andrade (2005, p. 21), define metodologia como sendo a “explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exata de toda a ação desenvolvida no método (caminhos) do trabalho de pesquisa”. Esta aborda sobre “o tipo de pesquisa, do instrumental utilizado (questionário, entrevista etc), do tempo previsto, da divisão do trabalho, das formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, de tudo aquilo que se utiliza no trabalho de pesquisa”. (ANDRADE, 2005, p. 21).

A pesquisa realizada será conduzida com base nos pressupostos teóricos metodológicos da investigação qualitativa.

### **4.2 Contextos da pesquisa**

O contexto da pesquisa, um Instituto Federal, que foi criado nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Artigo 5º Inciso XXXII vinculado ao Ministério da Educação. Este possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A referida instituição oferta educação pública e de qualidade na educação básica, profissionalizante, Ead, superior e de especialização, nas modalidades presencial e Ead, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos em sua prática pedagógica.

Tendo como um dos princípios norteadores da instituição a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas.

### **4.3 Participantes**

Participaram desta pesquisa 3 (três) profissionais sendo 2 (dois) professores que ministram aulas de Libras sendo uma professora ouvinte, um professor com deficiência auditiva e uma interprete de Libras/Português. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com estes

profissionais, sendo dois do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do Ifac e um do Centro de Apoio ao Surdo, (CAS), que está no momento trabalhando em parceria com os demais professores do IFAC, para ministrar cursos de Libras: Módulos Básico, Intermediário e Interprete, para alunos, docentes, funcionários e comunidade interessados. A idade dos entrevistados está na faixa dos 30-50 anos de idade, sendo a maioria com vasta experiência na educação especial.

Os entrevistados possuem formação em: Graduada em Ciências Biológicas- Especialista em Libras; Pós Graduada em Tradução e Interpretação em Libras e Letras/Inglês todos certificados pelo ProLibras. (O ProLibras, Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras) certifica pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) que já concluíram o ensino superior ou o ensino médio.)

[A] Professoras de libras: [A1] e [A2]

[B] Interprete Libras/Língua Portuguesa

#### **4.4 Materiais**

Para a construção, organização e análise das informações foram utilizados os seguintes recursos materiais: celular, internet, computador, papel A4, impressora, livros, cartilhas, dispositivos de mídia, tinta para impressão, apostilas e folders que continham informações sobre este tema. O Estatuto da instituição foi usado para descrever o principio voltado para a inclusão e descrever as principais finalidades da criação desta instituição.

#### **4.5 Instrumentos**

O instrumento utilizado foi o roteiro de entrevista para realizar as entrevistas semiestruturadas. A coleta dos dados foi realizada por meio deste roteiro com perguntas semiestruturadas, contendo 09 questões, com os seguintes temas: dados pessoais dos respondentes (idade, formação, experiência profissional,); opinião dos participantes em relação ao processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular; experiência dos participantes em relação ao processo de inclusão de alunos surdos no ensino regular;

avaliação sobre as condições necessárias para inclusão escolar do aluno surdo na classe comum; avaliação sobre as suas dificuldades em trabalhar com educação especial e sobre a importância da educação continuada.

#### **4. 6 - Procedimentos de construção de dados**

Um dos principais critérios de escolha para pesquisar este tema nesta Instituição foi por ter estudado no local e observado a presença de alunos com deficiência auditiva nas várias modalidades de ensino ofertado, ensino médio, cursos técnicos de qualificação profissional, nível superior.

Primeiramente pedi a autorização ao Diretor da Instituição que foi meu professor e posteriormente as minhas professoras das disciplinas de Libras e Educação Inclusiva que é gerente da unidade que pesquisei, assim como também a uma interprete Libras/Língua Portuguesa que faz um excelente trabalho com o colega que possui deficiência auditiva.

No primeiro momento ficou tudo certo para a Gerente da unidade participar da entrevista, mas no decorrer do trabalho ela não participou em virtude do seu curto tempo disponível e seus inúmeros trabalhos para desenvolver na faculdade, então busquei ajuda de outro professor de libras, ele é deficiente auditivo e ministra vários cursos, pois é funcionário do CAS (Centro de Apoio ao Surdo) e este professor está na Faculdade realizando um projeto em parceria CAS-IFAC, onde visam realizar cursos de nível Básico/Intermediário e Interprete de Libras, para os alunos do Ifac, professores, funcionários e comunidade.

No momento da apresentação da pesquisa foram entregues os seguintes documentos: o Aceite institucional (Anexo A.); Carta de Apresentação (Anexo B); Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para os professores – TCLE (Anexo C); e o roteiro de Entrevista semiestruturada (Apêndice A).

Ao realizar a entrevista com os professores, inicialmente, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo C) e todos assinaram. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas na íntegra. Os participantes da pesquisa foram organizados da seguinte forma:

[A] Professores de libras: [A1] e [A2]

[B] Interprete Libras/Língua Portuguesa

No decorrer das entrevistas foram abordados questionamentos referentes às Concepções sobre inclusão escolar: conceitos e experiências; Reflexões sobre a trajetória do trabalho do professor de libras; Contribuições da formação continuada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva; A importância do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência auditiva; Considerações sobre os processos inclusivos do aluno com deficiência auditiva.

#### **4.7 - Procedimentos de análise:**

A análise dos resultados foi constituída a partir das informações geradas pelas entrevistas semiestruturadas em conjunto com a discussão teórica e metodológica adotada que foi a investigação qualitativa.

Para as autoras, Alves e Silva, (1992, p. 1).

A análise qualitativa de dados é um fenômeno recentemente e retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade a o universo o de vida a cotidiano o dos sujeitos, estando o baseado a nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa.

Também de acordo com André (1983) *apud* por Alves e Silva, (1992, p. 1).

A pesquisa qualitativa visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua a manifestação natural, bem com o captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto.

Diante do exposto e considerando os objetivos da pesquisa, os dados foram organizados em categorias construídas através de entrevistas semiestruturadas. Estas serviram como instrumento para obtermos opiniões dos participantes sobre educação inclusiva, as experiência e dificuldades por parte dos professores e dos alunos com deficiência auditiva, formação continuada e que foram de extrema importância para elaboração do trabalho.

A partir desse ponto de vista a respeito da análise de conteúdo, compreendemos que as informações geradas com base nas entrevistas se constituíram tanto em função dos objetivos da pesquisa como pela subjetividade do pesquisador e seu diálogo com o aporte teórico. Ademais, as experiências do pesquisador, como Assistente Social e acadêmico do curso de Licenciatura em Pedagogia, direcionou seu olhar para o cotidiano dos deficientes auditivos para sua inclusão escolar e social, possibilitando o acesso as políticas públicas e efetivação dos seus direitos sociais. Deste modo, o presente estudo poderá contribuir para uma maior

reflexão sobre a inclusão de alunos com deficiência auditiva no ensino público/privado e em seus diversos segmentos, legitimando-se, partir da união da sociedade civil e do Estado em prol de uma educação de qualidade acessível a todos.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor entendimento sobre a pesquisa descrevemos os resultados, baseados nas categorias propostas durante a entrevista e que serviram como direção das entrevistas.

Em um primeiro momento, contemplou as categorias geradas com base nas considerações e informações empíricas da análise das entrevistas. Elas foram agrupadas da seguinte forma: Concepções sobre inclusão escolar: conceitos e experiências; Reflexões sobre a trajetória do trabalho do professor de libras; Contribuições da formação continuada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva; A importância do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência auditiva; Considerações sobre os processos inclusivos do aluno com deficiência auditiva.

Portanto, este capítulo trará a reflexão dos resultados por meio da compreensão e do referencial teórico e metodológico adotado. As categorias utilizadas serviram como norte para alcançar o objetivo desejado. Através delas podemos nos basear no assunto desejado sem desviar do foco.

Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado. Nosso objetivo nesse trabalho foi desenvolver um estudo reflexivo sobre a importância da educação inclusiva centrada na especificidade de uma formação dos docentes que favoreça os processos de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência auditiva onde entrevistamos, dois professores de Libras e uma Interprete Libras/Língua Portuguesa do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades, bem como verificamos a adequação dos objetivos pretendidos para a pesquisa. Para isso utilizamos de categorias de análise dos dados obtidos nas perguntas dos roteiros.

Verificamos que os participantes ([A] Professoras de libras: [A1] e [A2] e [B] Interprete Libras/Língua Portuguesa) consideraram alguns aspectos positivos, e também alguns negativos durante o trabalho na educação especial, bem como as dificuldades que ocorrem no processo de inclusão de alunos surdos. Na entrevista falaram sobre suas dificuldades e da equipe escolar de propostas regulamentadas que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem do educandos com deficiência, relatam suas experiências, expõem seus conhecimentos e vivência cotidiana e apaixonante que é trabalhar com educação inclusiva de alunos com surdez.

Os resultados indicaram que todos os participantes possuem muita experiência com alunos com deficiência auditiva, acreditam que a formação continuada é de suma importância,

porque através dela eles podem interagir com os colegas e aprender algumas estratégias para que possa melhorar o ensino e aprendizado do aluno, os profissionais estão sempre se qualificando e participando de formações continuada, em nosso Estado a formação continuada é muito importante e estão sempre realizando para melhorar o atendimento, esta é uma preocupação da nossa educação e as pessoas com surdez estão sempre exigindo seus direitos e cobrando melhorias através da Associação dos Surdos do Acre (ASSACRE).

Os profissionais acham muito importante a inclusão dos alunos com deficiência auditiva na classe comum e acham que o aluno surdo não tem que está inserido, mas incluído de fato e de direito, pois, para que tenha inclusão na escola tem que começar pela gestão, entretanto, a comunidade surda tem que ser respeitada de acordo com suas particularidades, porque eles têm como primeira língua a libras, então o que vai permanecer para haver uma interação é a libras.

Todos os entrevistados possuem realmente interesse e conhecimento sobre Educação Inclusiva, dominam e reconhecem a importância das leis, declarações, diretrizes, regulamentos que referencia a inclusão escolar.

## 5.1 Entrevistas

Os participantes da pesquisa serão mencionados nesse capítulo da pesquisa de acordo com a disposição feita no item “Participante da Metodologia”. Estes foram organizados da seguinte forma:

[A] Professores de libras: [A1] e [A2]

[B] Interprete Libras/Língua Portuguesa

## 5.2 – Concepções sobre inclusão escolar: conceitos e experiências

### 5.2.1 Professores de libras:

Os argumentos dos profissionais sobre Inclusão Escolar são direcionados, para inclusão dos alunos nas atividades da escola e participação/interação de toda a equipe da escola, professores, funcionários e em especial os gestores: *Inclusão é a garantia de acesso e permanência do aluno com deficiência no ambiente escolar que deve envolver todos: gestores, servidores de apoio que executam seu trabalho na biblioteca, cantina, no registro acadêmico ou assistência ao aluno nos diferentes ambientes da escola, colegas e, principalmente, o professor que precisa estar ciente das necessidades desses alunos: [A1].* Ao

questionar sobre inclusão escolar, seus conceitos e experiências também entende-se que: *A inclusão escolar acontece quando aluno surdo ou ouvinte estudam na mesma escola havendo uma interação entre eles, também a interação entre professores e a de modo geral na escola.* [A2].

Para Figueiredo (2008, p. 3):

a dimensão das práticas educativas reflete as duas já apresentadas: a política e a cultural. Este aspecto assegura que todas as atividades, tanto as de sala de aula como as extraescolares, promovam a participação e o engajamento de todos os alunos, considerando os seus conhecimentos e as suas vivências dentro ou fora do âmbito escolar. Nesta perspectiva, o ensino e os apoios se integram, a fim de promover, gerir e suprir barreiras nas aprendizagens, bem como nas dificuldades de participação efetiva de todos os alunos nas práticas pedagógicas.

Para Mantoan, (2007, p. 2):

o sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada.

#### 5.2.1.1 Interprete Libras/Língua Portuguesa

A profissional Interprete de Libras também argumenta que Educação Inclusiva: *É o aluno ser incluindo em todas as atividades da escola, os professores terem uma metodologia para abranger esse aluno e toda a gestão está preparada para receber esse aluno, sem exclusão.*

### 5.3. Reflexões sobre a trajetória do trabalho do professor de libras

#### 5.3.1. Professores de libras:

É importante refletirmos sobre os avanços de professores de Libras ouvintes ou surdos no ensino regular, técnico e superior. No entanto, é necessário analisar sua trajetória

histórica e qual é a sua real representatividade em um contexto educacional, uma vez que a Libras, foi oficializada há menos de 15 anos apenas.

Destaco a seguir a fala de [A1] que relata sua experiência e diz que; *Minha experiência com alunos surdos começou quando lecionava ciências para um turma de 6 serie em 2006. Quando me deparei com uma aluna surda na sala de aula e nem eu, nem a equipe escolar, sabiam como fazer para garantir o aprendizado dela. Devido a essa angustia comecei a fazer um curso de Libras e ao usar, em sala de aula, o que aprendia no curso, percebi que a aluna não sabia Libras e que, portanto, outras estratégias deveriam ser utilizadas para a aluna construísse os seus conhecimentos. E então continue buscando alternativas para que a aluna pudesse ter acesso ao que era ministrado em sala de aula. Confesso minha frustração, pois o ano terminou, e pouco ou nenhum conhecimento foi construído por essa aluna sobre a minha disciplina. Depois dessa situação, busquei aperfeiçoar meus conhecimentos a respeito da surdez e das singularidades destes alunos, fiz especialização na área e passei a fazer parte da equipe do Centro de Apoio ao Surdo em Rio Branco. Hoje não ministro mais aulas de ciências e sou professora de Libras no Instituto Federal do Acre e procuro fazer com meus alunos da licenciatura possam experimentar a situação que eu vivi através da simulação de ambientes em sala de aula inclusiva, de como deve ser o planejamento de aula com a presença de surdos e quais estratégias utilizar para que ocorra o efetivo aprendizado do aluno, a partir das práticas pedagógicas dos professores. [A1].*

Também em relação as suas experiências profissionais relatam sobre seus métodos de ensino: *Eu ensino usando a língua de sinais, desenhos e variados o ensinamento é visual. Usamos a língua libras e língua portuguesa. [A2].*

Para Imbernón (2000), *apud* por Costa, (2014, p. 76):

a trajetória profissional do professor não é estanque, ela só tem partida formação inicial nunca tem chegada um conhecimento pronto, acabado deve sempre continuar, devemos trilhar pela formação permanente. Ele deve dialogar com os seus pares, dividir as suas angústias, acertos, repensar e reaprender sempre para assim, aperfeiçoar a sua prática pedagógica e obter resultados satisfatórios no ensino dos diferentes educandos.

### 5.3.1.1 Interprete Libras/Língua Portuguesa

Todos os participantes da entrevista relataram suas experiências com alegria, porque eles se sentem parte desta transformação, eles buscaram esta área por se identificarem com a causa e isso é o que chama a atenção o professor e o interprete trabalham porque amam o ofício, caso contrário não haveria razão de ser, uma vez que é super difícil esta qualificação.

A Interprete Libras/Língua Portuguesa relata sua experiência profissional e nos fala sobre sua atuação profissional que teve início em: *Tenho experiência desde 2009, na sala de recurso, é muito gratificante poder contribuir para o aprendizado deles, sabemos que barreiras sempre irá existir, mas minimizar é melhor, poder ver o desenvolvimento na libras e na língua portuguesa é muito gratificante.*

5.4- Contribuições da formação continuada para o processo de ensino-aprendizagem do aluno com deficiência auditiva.

#### 5.4.1 Professores de libras:

Em relação à formação continuada eles entendem como mais uma ferramenta de interação e troca de saberes e aprendizado que irá proporcionar cada vez mais desenvolvimento do aluno em relação ensino-aprendizado contribuindo ainda mais para que o professor melhore sua forma de ensinar e o interprete repassar a tradução da melhor forma e não apenas uma fiel copia do que era dito como faziam anteriormente: *Ajudou mais no seu desenvolvimento entre professor e aluno, através da interação entre os dois. [A2]. Com a formação continuada pude explorar e conhecer mais profundamente o que afeta o aprendizado do aluno surdo. O que mudou foi que pude minimizar os obstáculos de aprendizado enfrentados por esses alunos. [A1].*

Abordar a formação continuada para os professores é uma tarefa complexa, porque se trata de articular entre as diversidades existentes dos alunos e não podemos pensar em formação de professores de forma isolada, pois, acontece com a colaboração de várias esferas da sociedade e serão através destes encontros que eles estarão cada vez mais preparados para atender os seus alunos:

A formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças. Considerando como aspecto importante da formação continuada, ela “é um processo que envolve aprendizado, planejamento e reflexão. Envolve valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo modificado. Há dessa forma, a necessidade de se fazer parte constituinte dessas mudanças e as elaborando

dentro de um contexto mais amplo de reflexão. (HARGREAVES, 2002 *apud* WENGZYNSKI e TOZETTO, 2012, p. 2)

Mantoan (2006, p.54) *apud* Costa, (2014. p. 75) afirma que:

o professor deve ser acessível à diversidade e à inclusão. “ensinar, na perspectiva inclusiva, significa resignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas que são pedagógicas, que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis”. Para a inclusão é relevante mudar a educação e o ensino. A formação docente deve ser constante, o educador e o intérprete esses participam do processo de ensino e aprendizagem, precisam estar abertos para repensar e mobilizar a sua formação e prática, procurar enxergar a diversidade presente nos seus educandos.

#### 5.4.1.1 Interprete Libras/Língua Portuguesa

Para a Interprete Libras/Língua Portuguesa: *A formação continuada é de suma importância, pois nela podemos interagir com os colegas algumas estratégias para que possa melhorar o ensino e aprendizado do aluno. E aprendendo a como se comportar diante deles, respeitando sempre o seu momento de aprendizagem.*

A formação e qualificação do profissional que ensina ou interpreta Libras, deve ser para prepará-los para atender os alunos. Segundo a educadora brasileira Pimenta, (2002, p. 81) *apud* por Branco (2008, p. 8), “a ideia de professor reflexivo opõe-se à racionalidade técnica que marcou o trabalho e a formação de professores durante muito tempo. Neste sentido, pensar a formação do professor significa pensá-la como um contínuo de formação inicial e contínua”. Portanto, “a ideia de professor reflexivo entende, também, que a formação é, na verdade, autoformação, uma vez que os professores reelaboram saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos contextos escolares”. (p. 8). A autora destaca ainda que “é nesse confronto e num processo coletivo de troca de experiências e práticas que os professores vão constituindo seus saberes como *practicum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática”. (p. 8)

5.5 - A importância do Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência auditiva.

#### 5.5.1 Professores de libras:

Em relação ao (AEE), o ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. E os professores relatam a importância deste ensino salientando a importância de ser desenvolvida de forma que atenda as reais necessidades das pessoas com surdez e devem ser de acordo com a sua língua sem imposição, mas em construção do conhecimento.

Os professores salientam a importância do atendimento educacional especializado (AEE): *Muito importante porque agora com esse atendimento a criança auditiva passa interagir mais de uma forma que todos participam e interagem entre si. [A2]. O atendimento especializado é importante para a construção de conhecimentos, pois, para esses alunos, o aprendizado da leitura e da escrita deve ocorrer numa perspectiva de língua portuguesa como segunda língua, já que a primeira língua (língua materna é a Libras) é de uma modalidade (visual-gestual) diferente da língua falada (oral-auditiva). Portanto, esses alunos, principalmente durante o período de alfabetização DEVEM ter o atendimento especializado, primeiro para aprender a Libras, depois para aprender a ler e escrever em língua portuguesa. Esse aprendizado deve ser com professores FLUENTES em língua de sinais e preferencialmente SURDO, para além do aprendizado da leitura e escrita, possam interagir em qualquer situação cotidiana em língua de sinais e construir seu conhecimento de mundo com informações que lhes faça sentido. [A1].*

Segundo relatos dos pesquisadores, Garcia, Daguiel, et al (2009, p. 6):

O atendimento educacional especializado é muito importante para os avanços na aprendizagem do aluno com deficiências na sala de ensino regular. Os professores destas salas devem atuar de forma colaborativa com o professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno ao currículo e a sua interação no grupo, entre outras ações que promovam a educação inclusiva.

#### 5.5.1.1 Interprete Libras/Língua Portuguesa

A interprete aborda aspectos importantes na educação especializada e também enfatiza a importância de respeitar a primeira língua desses alunos ensinando-os a compreender porque como sabemos muitos surdos não sabem se comunicar com as demais pessoas porque não dominam a Libras e muitas famílias até não proporcionam acesso e também não procuram conhecer para ajudar seus familiares com deficiência. A Interprete Libras/Língua

Portuguesa também salienta sobre a importância do aluno ser inserido na escola: *O aluno com surdez é muito importante que eles possam frequentar a sala de recursos, pois lá eles irão aprender a língua portuguesa na sua modalidade escrita, como também é muito importante que o profissional que irá ensinar tenha habilidade na primeira língua que é a libras.*

## 5.6 - Considerações sobre os processos inclusivos do aluno com deficiência auditiva

### 5.6.1 Professores de libras:

Ao falarmos sobre inclusão de alunos com deficiência auditiva eles ainda acreditam que a real inclusão ainda não existe, apesar de alguns documentos garantirem o direito de inclusão da pessoa com deficiência em salas comuns de ensino, como a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 e a Declaração de Salamanca de 1994: *A inclusão é importante para que esses alunos, além do aprendizado de conteúdos, possam interagir e manter relações sociais com todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem: gestores, professores, colegas e pessoal do apoio que trabalham na portaria, registro escolar, na merenda, nos corredores. No entanto, no meu ponto de vista, a VERDADEIRA inclusão de alunos surdos ainda não ocorre, pois estes são usuários de uma língua diferente que não é conhecida por todos os envolvidos no ambiente escolar. Se o aluno for usuário da Libras e tiver a presença do intérprete de Libras as interações com as outras pessoas sempre será por intermédio desse profissional. Em sala de aula, há pouca ou nenhuma comunicação com os colegas ou professores. Durante as aulas, mesmo com a interpretação em Libras, nem tudo é compartilhado como, por exemplo, as conversas paralelas ou comentários dos alunos durante um debate, pois nessas situações há várias falas simultâneas, impossibilitando a interpretação integral de tudo que é dito. Para que haja a verdadeira inclusão é necessário que todos os envolvidos no processo educativo sejam usuários da Libras!. [A1].*

Mais uma vez o professor enfatiza a importância de considerar a língua brasileira de sinais como ferramenta de inclusão: *Importante porque vai haver uma inclusão entre os alunos ouvintes e surdos. Mas a comunidade surda que tem como primeira língua a libras, então o que vai permanecer para haver uma interação e a libras. [A2].*

Damázio (2007, p. 10) ressalta que a inclusão de pessoas “com surdez na escola comum requer que se busquem meios para beneficiar sua participação e aprendizagem tanto na sala de aula como no Atendimento Educacional Especializado”. Conforme Dorziat (1998), *apud* por Damázio (2007, p 10):

o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. Esta autora observa que os professores precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, entretanto, deve-se considerar que a simples adoção dessa língua não é suficiente para escolarizar o aluno com surdez. Assim, a escola comum precisa implementar ações que tenham sentido para os alunos em geral e que esse sentido possa ser compartilhado com os alunos com surdez.

(...) mais do que a utilização de uma língua, os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento, explorem suas capacidades, em todos os sentidos.

Godoi, Santos, e al, (2013, p. 8) destacam que por meio do “bilinguismo se espera que o sujeito surdo comunique-se fluentemente na sua língua materna (língua de sinais) e na língua oficial de seu país”. Isto é a “língua de sinais propicia-se o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança surda, facilitando assim o processo de aprendizagem, servindo de apoio para a leitura e compreensão do mundo”. (p. 8)

#### 5.6.1.1 Interprete Libras/Língua Portuguesa

Segundo Longone (2010, p. 2):

A escolarização do aluno com deficiência auditiva vai muitíssimo além da língua, se assim fosse não teríamos ouvintes normais com dificuldades de aprendizagem. A escola comum precisa propor ações que façam sentido para as crianças em geral e que possam ser compartilhadas com os alunos com deficiência auditiva.

A Interprete Libras/Língua Portuguesa coaduna com a fala do autor, citado anteriormente, quando fala: *O aluno surdo não tem que está inserido, mas incluído de fato e de direito, para que tenha inclusão na escola tem que começar pela gestão, pois pela gestão podemos observar que todos os funcionários irão falar a mesma língua, fazendo que o aluno venha se sentir acolhido.*

Longone (2010, p. 2) também afirma que “ambientes educacionais estimuladores promovem a liberdade de escolha dos alunos e estimula a busca pela procura de novos caminhos e formas de convivência para a vida em coletividade, dentro e fora do ambiente escolar”.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que o aluno deficiente auditivo encontra-se inserido ao ensino regular, entretanto, ainda não está incluído de forma efetiva como deveria ser apesar das inúmeras leis e decretos criados para garantir o acesso aos seus direitos. E constatamos que os professores da Instituição pesquisada estão capacitados em via de formação continuada para atender estes alunos.

Eles demonstram satisfação e preparo para trabalhar com alunos deficientes auditivos e surdos, possuem qualificação adequada para os profissionais da área da educação, matéria específica, intérprete de libras, curso para a equipe escolar, para os alunos, comunidade e familiares de alunos e utilizam metodologia diferenciada para favorecer a aprendizagem dos seus alunos deficientes auditivo.

De acordo com Karnopp e Klein, (2006), *apud* por Lacerda e Lodi, (2007, p. 1). A legislação vigente relativa à educação de surdos aponta ser fundamental a implantação de espaços bilíngues para o atendimento desta população, no entanto, uma das principais preocupações é esta porque nem sempre é conhecida, respeitada e compreendida.

Portanto, os resultados da pesquisa evidenciam que mesmo que estes profissionais busquem se qualificar ainda existe a necessidade de mudança, de reforma na formação dos professores, para auxiliá-lo no desenvolvimento das competências necessárias ao atendimento de deficientes auditivos e surdos, a escola deve participar mais no processo de inclusão, não basta só o professor conhecer a libras, todos precisam se preparar para receber esses alunos.

A educação de surdos é feita por pessoas que realmente queiram fazer parte dela de fato e de verdade. É assim que a Libras terá aceitação e propagação no ambiente escolar e social possibilitando a interagir entre todos e permitindo o desenvolvimento destes alunos.

Portanto, não adianta propormos inúmeras leis, mas buscar realmente aceitar a proposta da inclusão e nos preparamos para atender aos alunos da melhor forma possível, rompendo com as dificuldades estruturais e educacionais que existem no dia a dia da atuação profissional.

## 7. REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli e SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. **Análise Qualitativa de dados de Entrevista: Uma Proposta**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/n2/07.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

ALMEIDA, Marina S. Rodrigues. **Manual Informativo Sobre Inclusão - Informativo para Educadores**. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&id=88%3Amanual-informativo-sobre-inclusao-informativo-paraeducadores&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&id=88%3Amanual-informativo-sobre-inclusao-informativo-paraeducadores&Itemid=17)>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

ANDRADE, Teresa Cristina Bruno. **Manual de Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc)**. Disponível em: <<https://www.inesul.edu.br/portal/documentos/Normas-TCC.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2015.

ANJOS, Hildete Pereira dos, ANDRADE, Emmanuele Pereira de e PEREIRA, Mirian Rosa. **A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a10.pdf>>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

BRANCO, Valdec Romero Castelo. **Aprendizagem Organizacional, Gestão do Conhecimento e Universidade Corporativa: Instrumentos de um Mesmo Construto**. Disponível em: <<http://http://www.administradores.com.br/artigos/cotidiano/concepcao-de-aprendizagem-avaliacao-e-pratica-educativa/46936/>>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

BUFFA, Maria José Monteiro Benjamin. **A Inclusão da Criança Deficiente Auditiva no Ensino Regular: Uma Visão do Professor de Classe Comum**. Disponível em: <[file:///C:/Users/philco-note/Downloads/DissertacaoMariaJMBuffa%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/philco-note/Downloads/DissertacaoMariaJMBuffa%20(2).pdf)>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

Cartilha do Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2º. ed. – Brasília: MTE, SIT, 2007. Disponível em: <[http://surdo.com.br/download/inclusao\\_pessoas\\_defi12\\_07.pdf](http://surdo.com.br/download/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf)> Acesso em: 17 de novembro de 2015.

Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <[http://diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo\\_romeu\\_2013\\_vf.pdf](http://diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo_romeu_2013_vf.pdf)>. Acesso em: 10 de novembro de 2015.

CORNÉLIO, Marli e SILVA, Marivania Miranda da. **Inclusão Escolar: Realidade ou Utopia? Inclusão Escolar**. Disponível em: <<http://www.unisaesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/PO17408053808.pdf>>. Acesso em: 18 de outubro de 2015.

COSTA, Mifra Angélica Chaves. **Relação Pedagógica Professor, Intérprete de Língua Brasileira de Sinais d Aluno Surdo do Curso de Pedagogia Da Uern.** Disponível em: <[http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-dissertacoes-concluidas/arquivos/0876mifra\\_anga%E2%80%B0lica\\_chaves\\_da\\_costa.pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/poseduc-dissertacoes-concluidas/arquivos/0876mifra_anga%E2%80%B0lica_chaves_da_costa.pdf)>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Surdez.** Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae\\_dapdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dapdf)>. Acesso em: 14 de agosto de 2015.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 12 de agosto de 2015.

FÁVERO, Osmar, FERREIRA, Windyz, et al. **Tornar a educação inclusiva.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184683POR.pdf>>. Acesso: em 01 de novembro de 2015.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **A Formação de Professores para a Inclusão dos Alunos no Espaço Pedagógico da Diversidade.** Disponível em: <[http://www.aprendizagemnatividade.ufc.br/documentos/inclusao\\_escolar/a\\_formacao.pdf](http://www.aprendizagemnatividade.ufc.br/documentos/inclusao_escolar/a_formacao.pdf)>. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da e SILVA, Ana Patrícia da. **O que é inclusão? Reflexões de professores acerca desse tema.** Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/O%20que%20e%20inclusao.pdf>>. Acesso em: 19 de agosto de 2015.

GARCIA, Aleksandra Debom, DAGUIEL, Fatima Gomes Nogueira, et al, **Atendimento Educacional Especializado (AEE).** Disponível em: <<http://ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/tecnologia-assistiva>>.

GOMES, Vilma e ANGELICI, Rosângela Franchini. **A Integração do Aluno Deficiente Auditivo e Surdo no Ensino Regular, Segundo os Professores da Escola Rui Barbosa.** Disponível em: <<http://www.faflor.com.br/revistas/refaf/index.php/refaf/article/view/101/html>>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

GONÇALVES, Humberto Bueno e FESTA, Priscila Soares Vidal. **Metodologia do Professor no Ensino de Alunos Surdos.** Disponível em: <<http://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n6/ARTIGO-PRISCILA.pdf>>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

GUARINELLO, Ana Cristina et al . **A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná.** Rev. bras. educ. espec. Marília, v. 12, n. 3, p. 317-330, Dec. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Novembro. 2015.

GISELE, Marilia. **A Didática como Estratégia de Inclusão no Trabalho Docente com Surdos.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-didatica-como-estrategia-de-inclusao-no-trabalho-docente-com-surdos/15050/#ixzz3roz4BN6F>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

GODOI, SANTOS, e al. **Língua Brasileira de Sinais no Contexto Bilingue.** Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-nocontexto-escola-bilingue.htm>>. Acesso em: 03 de dezembro de 2015.

HENNEMANN, Ana Lúcia. **Surdos: trajetórias e conquistas.** Disponível em: <<http://neuropsicopedagogianasaladeaula.blogspot.com.br/2013/01/surdos-trajetorias-e-conquistas.html>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

INÁCIO, Wederson Honorato. **A inclusão escolar do deficiente auditivo.** Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/auditiva/index.php?pagina=1>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de e LODI, Ana Claudia Balieiro. **A difícil tarefa de promover uma inclusão escolar bilíngue para alunos surdos.** Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php%3Fps%3Dartigos%26idt%3Dartc%26cat%3D24%26idart%3D247>>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

LOPES, Simone da Silva. **O desenvolvimento da educação especial.** Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAe2CkAA/educa-inclusiva?part=2#>>. Acesso em 02 de novembro de 2015.

LONGONE. Erika. **Inclusão da Criança com deficiência auditiva em salas comuns de ensino.** Disponível em: <<http://vidamaislivre.com.br/colunas/post.php?id=2529>>. Acesso em: 25 de outubro de 2015.

MACHADO, Evelcy Monteiro e VERNICK, Maria da Glória Lima Pereira. **Reflexões Sobre a Política de Educação Especial Nacional e no Estado do Paraná.** Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2479/2224>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

MACHADO, Aline Carmilita e VITALIANO, Celia Regina. **Percepções de Professores da Disciplina de Libras Sobre o Processo de Inclusão de Alunos Surdos e as Contribuições a Disciplina.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/anais/2012/anais/educacaoespecial/percepcoesdeprofessoresdadisciplina.pdf>>. Acesso em 13 de agosto de 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Todas as crianças são bem-vindas à escola.** Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

MATOS, Izabel Maria de. **Educação Inclusiva: uma perspectiva de mudança no âmbito escolar.** Disponível em: <[http://www.webartigos.com/resources/files/\\_modules/article/article\\_85847\\_2012031910420482f9.pdf](http://www.webartigos.com/resources/files/_modules/article/article_85847_2012031910420482f9.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** Disponível em: <<http://aprendeenlinea.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaey/article/viewFile/9842/9041>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

MELLENDES, Alexandre Jurado. **Professor e aluno surdos, uma sinergia para a escola e a vida.** Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2011/09/18/professor-e-aluno-surdos-uma-sinergia-para-a-escola-e-a-vida/>>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

MONTEIRO, Juliana de Jesus. **Formação Docente, Caminhos Possíveis a Luz da Neurociência.** Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/docpdf/monografiaspublicadas/c205683.pdf>>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

NEVES, José Luis. **Pesquisa Qualitativa- Características, Usos e Possibilidades.** Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em 01 de novembro de 2015.

PALMA Naiana de Oliveira. **Libras: Instrumento de Inclusão Escolar do Aluno Surdo.** Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2013/10/Naiana-de-Oliveira-Palma.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

RODRIGUES, Zuleide Fátima Fernandes. **Histórico Da Educação Dos Surdos.** Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/historico-da-educacao-dos-surdos/3639/#ixzz3laTT3Bw1>> Acesso em: 15 de julho de 2015.

SANTOS, Dalila Costa. **Desafios da inclusão escolar na contemporaneidade**. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/ciencia-artigos/desafios-da-inclusao-escolar-na-contemporaneidade-7014612.html>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **10 Motivos para a Escola ser de todas as Crianças Juntas**. Disponível em: <<http://inclusaoconscientebrasil.blogspot.com.br/>>. Acesso em 16 de julho de 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Educação Inclusiva: Barreiras e Soluções**. Disponível em: <[http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo\\_romeu\\_dezembro\\_vf.pdf](http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/artigos/artigo_romeu_dezembro_vf.pdf)>. Acesso em 16 de julho de 2015.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **A Educação Inclusiva e os obstáculos a serem transpostos**. Disponível em: <<http://www.apabb.org.br/admin/files/Artigos/A%20educacao%20inclusiva%20e%20os%20obstaculos%20a%20serem%20transpostos.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

SARTORETTO, Mara Lúcia e BERSCH, Rita. **O que é o atendimento educacional especializado (AEE)?**. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/ae.html>>. Acesso em 03 de dezembro de 2015.

SENO, Marília Piazzzi. **A inclusão do aluno com perda auditiva na Rede Municipal de Ensino da cidade de Marília**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v26n81/v26n81a05.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2015.

SILVA, Ana Paula Mesquita da e ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Disponível em: <[http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Ana\\_Paula.pdf](http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf)>. Acesso em: 17 de outubro de 2015.

SILVA, Marisa Cristina da. **A Inclusão do Aluno Surdo no Ensino Regular na Perspectiva de Professores de Classes Inclusivas**. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/monografiamarisacsilva.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um pouco da história dos surdos**. Disponível em: <[http://www.uel.br/prograd/nucleo\\_acessibilidade/documentos/texto\\_libras.pdf](http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A política de inclusão de alunos surdos na rede municipal de ensino na cidade de Campinas: o Programa de Inclusão Bilíngue.** Disponível em: <[http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Cassia\\_Geciauskas\\_Sofiato.pdf](http://www.memorialdainclusao.sp.gov.br/br/ebook/Textos/Cassia_Geciauskas_Sofiato.pdf)> Acesso em: 27 de setembro de 2015.

SOUSA, Andréia da Silva Quintanilha e RAMALHO, Betânia Leite. **Políticas de Formação e Professores no Brasil e a Modalidade a Distância: Pontos para Reflexões.** Disponível em: <<file:///C:/Users/philco-note/Downloads/46-84-1-SM.pdf>>. Acesso em: 27 de setembro de 2015.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos.** Disponível em: <[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf)>. Acesso em: 15 de julho de 2015.

WENGZYNSKI, Cristiane Daniele e TOZETTO, Susana Soares. **A Formação Continuada de Professores e as suas Contribuições para Aprendizagem da Docência.** Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/po/po\\_008.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/po/po_008.pdf)>. Acesso em: 01 de novembro de 2015.

**ANEXOS**

## ANEXO A - Aceite institucional



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

### Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela instituição*),  
 da \_\_\_\_\_ (*nome da instituição*) está de acordo com a realização da pesquisa  
 \_\_\_\_\_  
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_  
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de  
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de  
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. \_\_\_\_\_.

O estudo envolve a realização de \_\_\_\_\_ (*entrevistas,*  
*observações e filmagens etc*) do atendimento \_\_\_\_\_ (*local na*  
*instituição a ser pesquisado*) com \_\_\_\_\_ (*participantes da pesquisa*). A  
 pesquisa terá a duração de \_\_\_\_\_ (*tempo de duração em dias*), com previsão de início em \_\_\_\_\_ e  
 término em \_\_\_\_\_.

Eu, \_\_\_\_\_ (*nome completo do responsável pela*  
*instituição*), \_\_\_\_\_ (*cargo do(a) responsável do(a) nome completo da*  
*instituição onde os dados serão coletados*), declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em  
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição  
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar  
 dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal  
 segurança e bem-estar.

\_\_\_\_\_ (local), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (data).

\_\_\_\_\_  
 Nome do (a) responsável pela instituição

\_\_\_\_\_  
 Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

## ANEXO B - Carta de Apresentação



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:** \_\_\_\_\_

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

### Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. Sa o(a) cursista pós-graduando(a) \_\_\_\_\_ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Profª Drª Diva Albuquerque Maciel**

## ANEXO C- Termo de Consentimento Livre do Professor



Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

**APÊNDICES**

## APÊNDICE – A - Roteiro de entrevista semiestruturada



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**PROFISSIONAIS DE LIBRAS DE UM INSTITUTO FEDERAL****Identificação**

Nome:

Identificação fictícia:

Sexo:

Idade:

Função:

Localização de Trabalho:

Tem filho (s)? Não

Religião:

Escolaridade (Formação):

1. O que é inclusão escolar para você?
2. Fale sobre alguma proposta regulamentada que referencia a inclusão escolar, como leis, declarações, diretrizes e outros:
3. Qual a importância dos documentos normativos, decretos e diretrizes para a inclusão escolar?
4. Fale sobre as dificuldades da equipe escolar se apropriar de propostas regulamentadas que contribuem para o desenvolvimento e aprendizagem do educandos com deficiência?

5. Comente as dificuldades encontradas no cotidiano escolar, nas práticas pedagógicas... frente a inclusão escolar?
6. Fale sobre sua experiência com alunos com deficiência auditiva.
7. Quais as contribuições da formação continuada no aprendizado desses alunos e o que mudou?
8. Qual a importância do atendimento especializado para o aluno com deficiência auditiva?
9. Qual a importância do aluno com deficiência auditiva ser incluído na classe comum?